

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL

Bruna Aparecida Cavagliero PINTO¹

Maria Inês Teixeira YAMAMOTO²

Resumo

Este artigo tem como finalidade fazer um breve resgate histórico do Serviço Social e das leis e políticas que surgiram ao longo dos anos para os avanços e conquistas da profissão, que teve como finalidade transformar o Serviço Social caritativo em um trabalho coletivo rumo à equidade e diversidade social.

Palavras-chave: filantropia, código de ética, políticas públicas.

Introdução

Diante das transformações que vem ocorrendo na sociedade e devido ao capitalismo cada vez mais acirrado, o profissional do assistente social também passa por uma nova reconfiguração. A realidade social e o desenvolvimento teórico-prático põem a formação profissional em Serviço Social na cena contemporânea da sociedade brasileira.

No primeiro momento falaremos brevemente do surgimento do Serviço Social no Brasil e no mundo e sua trajetória ao longo da década, o momento da virada em que o Serviço Social construiu um novo caráter profissional dentro da categoria.

No segundo momento iremos nos pautar na revisão do Código de Ética na década de 80 e o surgimento de discussões no interior da categoria na ética profissional, que passaram por grandes mudanças dentro da profissão, que ao longo da história passou a construir o novo Código de Ética de 1993.

Em seguida abordaremos a Contextualização da Política Nacional de Assistência Social-PNAS e o grande salto na categoria com o surgimento da Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS, que veio com o propósito de assegurar todos aqueles que necessitarem da assistência, trazendo assim um novo campo que beneficiasse a categoria da classe trabalhadora, dando o surgimento da Seguridade Social.

¹ Acadêmica do Curso de Serviço Social / FGN - CEUNSP.

² Professora e Orientadora do artigo apresentado para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Breve resgate do surgimento do Serviço Social no Brasil e no Mundo.

Falar do Serviço Social no Brasil e no mundo requer falar das práticas assistencialistas³ que faziam parte da profissão desde o seu surgimento. Suas raízes atreladas à igreja Católica tinham total domínio sob a caridade, filantropia e bens esses destinadas aos menos favorecidos, essas práticas eram apoiada pela ordem burguesa da época.

Em meados do século XVIII, diante da Revolução Industrial a Europa foi marcada por várias crises econômicas, causando repercussão política e social. Diante desses acontecimentos as formas de assistência utilizadas tiveram que ser alteradas, já que não respondiam as necessidades que aquele momento pedia, sendo necessário um Serviço Social institucionalizado que deixava de fazer caridade, sua característica principal, para obter conhecimentos técnicos e aplicá-los ao novo modelo de Assistência.

A criação das primeiras escolas e profissionalização do Serviço Social tinha como principal foco qualificar os técnicos para o exercício profissional, Mary Richmond⁴, da Sociedade de Organização da Caridade de Baltimore, desempenhou um significativo papel para torná-las realidade. Mais do que divulgar, sugeriu que fosse criada uma escola para o ensino da Filantropia Aplicada, acreditava Richmond que só através do aprendizado poder-se-ia obter a necessária qualificação para realizá-lo. (Martinelli, 2010).

Com o poder de discutir apresentando razões, fez com que Devine⁵ se convencesse de preparar um curso voltado à aprendizagem da ação social. Tal curso foi colocado em prática em Nova Iorque em 1898. Seu desdobramento aconteceu um ano depois, no mesmo local, com a criação da primeira Escola de Filantropia Aplicada (Training School in Applied Philanthropy).

Após tantas mudanças nesse período, os cursos destinados a formação dos técnicos sociais só aumentavam. Ao final da II Guerra Mundial estavam em

³ Ação de pessoas, organizações governamentais ou entidades da sociedade civil junto às camadas mais pobres da comunidade, com objetivo de apoiar ou ajudar de forma pontual, oferecendo alimentos, medicamentos, entre outros gêneros de primeira necessidade, não transformando a realidade social.

⁴ Mary Ellen Richmond (1861 – 1928) foi uma das pioneiras do trabalho social, professora e teórica. Ensinou e fez pesquisa na escola de Filantropia Aplicada.

⁵ Edward Thomas Devine (1867 – 1948) economista, advogado, educador, autor e pioneiro na Assistência Social. Entre 1896 e 1917, ele ocupou cargos de docentes, como professor de economia da Sociedade Americana de Ensino de Extensão Universitária e quatro anos lecionando na Universidade de Oxford e as universidades de Edimburgo. Por dois termos diferentes (1904-1907) e (1912-1917) era o diretor da Escola de Nova York de Filantropia, que mais tarde se tornou a Escola de Nova York de Serviço Social em 1919.

funcionamento aproximadamente duzentas escolas espalhadas pela Europa, Estados Unidos e América Latina, se instalando em 1925.

Florence Nightingale⁶ para Richmond teve um importante papel a quem se referiu como “pioneira do Trabalho Social”, que colocava a visita domiciliar⁷ como trabalho de maior importância, acreditando ser indispensável conhecer a realidade da família em seu domicílio. Seguindo as instruções de Nightingale, Richmond passou a estabelecer como principal objetivo dos seus primeiros cursos a preparação de visitadoras domiciliares.

No Brasil, a trajetória do Serviço Social configura-se ao início da década de 30, com a iniciativa dos setores da burguesia, vinculada também a Igreja Católica, seguindo os moldes do Serviço Social europeu.

Martinelli (2010) destaca que:

...ao chegar ao Brasil, o Serviço Social encontrou já a esperá-lo uma missão e uma causa, as quais demandavam um imediato engajamento, até mesmo no sentido de somar esforços com aqueles que por elas estavam lutando. (p. 127)

O enorme processo de industrialização⁸ que marcava a época, juntamente com a população das áreas urbanas se apropriando das rurais, nasce à necessidade de fiscalizar a classe operaria. A população reivindicava por: alimentação, moradia, saúde, e reconhecimento social através de uma lei social e salarial mais justa. Após a reivindicação o Estado e a Igreja se unem com novas estratégias para tentar sufocar a voz do povo iludindo-os com possíveis melhoras.

Dando um salto para a década 1960, mais precisamente no ano de 1965 iniciou-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social com intuito de dar um novo rumo à profissão devido às profundas transformações econômicas e sociais que a sociedade brasileira atravessava.

Os agentes profissionais assumiram o movimento de conceituação como uma causa revolucionária, a intensa e profunda análise da situação do Serviço Social no continente latino-americano, tanto no que se refere ao exercício profissional como aos seus fundamentos teóricos. Abrindo espaços para o debate, para a reflexão e para a

⁶ Florence Nightingale (12 de Maio 1820, Florença – 13 de Agosto 1910, Londres) foi uma enfermeira britânica que ficou famosa por serem pioneiros no tratamento os feridos de guerra, durante a Guerra da Criméia.

⁷ A visita domiciliar visa prestar uma assistência educativa e assistencial no âmbito do domicílio. “É através dela que fazemos um levantamento e avaliação das condições sócio-econômicas em que vive o indivíduo e seus familiares, elaborando assim uma assistência específica a cada caso” (Kawamoto).

⁸ É o processo socioeconômico que visa transformar uma área da sociedade inicialmente retrógrada em uma fonte de maior riqueza e lucro por meio da implantação de um maquinário próprio em indústrias de todos e quaisquer tipos, o qual substitui algumas funções antes exercidas pelo homem.

crítica, tal Movimento procurou aglutinar em torno de seus objetivos a maior parte dos agentes profissionais. Martinelli (2010).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina formava-se numa manifestação de ruptura com o tradicional e conservador⁹, na possibilidade de uma nova identidade profissional com ações voltadas as demandas da classe trabalhadora. Assim o modelo do Movimento de Reconceituação Latino Americano trouxe muitas contribuições para o Serviço Social que foi decisivo no processo de romper com a corrente tradicional na qual estavam vinculados.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS em 1979 foi um grande marco na redefinição do Serviço Social brasileiro. Entendemos que o Serviço Social a partir daí assumiu seu compromisso com a classe trabalhadora, defendendo a democratização e a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos.

A partir dos anos 80, a organização dos Assistentes Sociais fez com que sua articulação com a luta dos trabalhadores e a produção marxista, a partir do pensamento de Marx¹⁰ onde pode se dizer que foi a superação do marxismo vulgar, principalmente na obra Iamamoto e Carvalho (1982).

Então se iniciou o projeto de ruptura, redefinindo a ética profissional possibilitando o amadurecimento do Serviço Social, principalmente por meio do pensamento de Marx e Gramsci¹¹, que influenciou o Novo Currículo de Serviço Social de 1984 e o Código de Ética de 1986, dando um novo direcionamento à formação e a prática profissional.

A revisão do Código de Ética do Assistente Social.

Na década de 80 surgiram muitas discussões no interior da categoria a respeito da ética profissional. Essas discussões fundamentadas em Marx, principalmente a partir da leitura de Lukács¹² e Gramsci. Para Marx o trabalho se fundamenta no próprio ser

⁹ Termo usado para descrever posições político-filosóficas, alinhadas com o tradicionalismo e a transformação gradual, que em geral se contrapõem a mudanças repentinas de determinado marco econômico e político-institucional ou no sistema de crenças, usos e costumes de uma sociedade.

¹⁰ Karl Heinrich Marx (Tréveres 5 de maio de 1818) foi um intelectual e revolucionário alemão, que atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista. Para Marx, o processo dialético se dá de acordo com as necessidades humanas. Utilizou da dialética para explicar as mudanças e acontecimentos na história da humanidade ao longo dos tempos.

¹¹ Antônio Gramsci (Ales, 22 de janeiro de 1891-Roma, 27 de abril de 1937 foi um filósofo, político, cientista político, comunista e antifascista italiano).

¹² Gyorgy Lukács ou George Lukács (Budapeste, 13 de abril de 1885-Budapeste, 5 de junho de 1971) foi um filósofo húngaro de grande importância no cenário intelectual do século XX. Segundo Lucien

social onde ele mesmo é responsável pela sua essência, pois ele passa por um processo de autoconhecimento e autoconstrução. Sendo assim na visão do autor vale ressaltar que o autoconhecimento e a autoconstrução se definem em sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade.

Cabe resgatar que visão de Marx, possibilitou a elaboração da ontologia do ser social que permitiu a Lukács fazer uma nova leitura da ética marxista, as quais foram fundamentadas em valores emancipatórios, na luta pela desigualdade de superação das classes subalternas.

Com essa superação cria uma nova expectativa de uma nova sociedade, e de uma nova universalização da produção das capacidades humanas, fazendo que o homem realmente possa exercer a sua liberdade, ou seja, “... numa sociedade onde o livre desenvolvimento de cada um é condição do livre desenvolvimento de todos...” Barroco (2008; p.197).

Compreende-se que a partir de então a ética fundamentada em Marx tem um caráter revolucionário, que se tem como valores centrais a defesa da liberdade. O Código de 1986 ao afirmar seu compromisso com a classe trabalhadora revela que o homem se constitui por meio do trabalho, e através dele constrói sua própria história. Assim o homem desenvolve a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade. São essas capacidades, que dão a origem aos valores éticos da liberdade, da equidade e da justiça social, fundamentados na democracia e na cidadania.

No liberalismo clássico a liberdade é compreendida como o direito do homem de ser livre para vender sua força de trabalho e para ser proprietário, inclusive da força de trabalho do outro. Se embasando neste pensamento, as idéias liberais consideram que todos os homens têm a mesma oportunidade de se desenvolverem financeiramente, pois aquele que não conseguir é porque não se esforçou o suficiente. Porém, sabendo que a propriedade não é acessível a todos, podemos entender que muitas vezes a liberdade da o suporte para a desigualdade social.

A revisão do o Código de Ética de 1986 consolidou-se em um projeto profissional que se superou em uma perspectiva de conquistas e que ao mesmo tempo a profissão passou por um momento de superação de suas fragilidades que teve como foco os debates acerca da ética no Serviço Social na década de 1990. Então houve pela

Goldman, Lukács refez em sua acidentada trajetória o percurso da filosofia clássica alemã: Inicialmente um crítico influenciado por Kant, depois o encontro com Hegel e finalmente, a adesão ao marxismo.

primeira vez uma reflexão sobre a ética na profissão, pois até então o debate sobre a ética se limitava a análise das normas dos códigos.

Entendemos que apesar do Novo Currículo do Serviço Social ter sido um dos marcos no processo de ruptura com o conservadorismo na profissão, não se reformulou as disciplinas de Ética e Filosofia, que teve como base a formação de valores e princípios da Ética profissional. Então o Código de Ética de 1986, mesmo tendo o marxismo como referencial teórico da profissão, não conseguiu superar a visão do marxismo tradicional, portanto a ética foi à pauta nos interesses de classe dominante. Com isso ao se comprometer com a classe e não com valores, percebemos que o código de 86 afirma que os valores da classe trabalhadora são os corretos, os ideais e os positivos. Esses equívocos foram somados às mudanças sociais na década de 90 onde levaram a elaboração do Código em 1993.

Com a reestruturação produtiva e o desenvolvimento do neoliberalismo nos anos 90, provocou inúmeras mudanças na sociedade brasileira: privatização dos serviços públicos, desregulamentação do trabalho e da produção social, desemprego estrutural, subemprego, precarização do trabalho e desarticulação dos movimentos da classe trabalhadora.

Os trabalhadores ao perceberem o limite da sua liberdade, começaram a lutar pela construção de uma nova sociedade, na busca de superar a exploração, opressão e alienação, efetivando os valores universais da liberdade, equidade, e da justiça social. Foi nestes conceitos que o Código de 1993 se baseou, nos valores universais, deixando de se comprometer com uma classe específica, a classe trabalhadora, se comprometendo assim com todas as classes populares.

O Código de Ética de 1993, além de garantir os avanços que tinham sido alcançados no Código de 1986, trouxe alguns elementos novos como: o pluralismo, respeitando a corrente teórica metodológica marxista, que para o Serviço Social significa o respeito à diversidade, a democracia e o posicionamento contra todas as formas de preconceito e discriminação, no interior da categoria e na relação com os usuários dos serviços. Foi neste sentido que o Código passou a ser inovador, pois superou o moralismo da prática conservadora, e ao defender o pluralismo a profissão se refere ao respeito a todas as correntes profissionais, que tenham como base a liberdade de idéias.

Com o Código de 1993 houve a hegemonia da intenção de ruptura no interior da categoria profissional mesmo em uma atualidade contraditória. Com isso a hegemonia

significa em cada contexto histórico e profissional a luta pela igualdade social fazendo assim a articulação com outros profissionais, podendo prevenir a violação de direitos do sujeito.

Cabe considerarmos que o atual Código de Ética do Assistente Social¹³ representou um verdadeiro avanço quando procurou rever o Código de 1986, naquele momento a categoria profissional identificou que a ética devia ter como base a ontologia a relação do ser social principalmente ao considerar a relação do desenvolvimento social com o trabalho. A partir dessa perspectiva de análise os valores são determinações da prática social, ou seja, a visão de mundo do sujeito é uma consequência da atividade criadora desenvolvida no processo de trabalho. Marx apresenta que o processo de trabalho é responsável pela constituição do ser social a partir do momento que o homem começou a trabalhar, ele dominou a natureza e se distinguiu da sua condição natural. A sua capacidade de pensar e planejar, o qual se denomina como capacidade teleológica, desenvolveu a consciência, e por esta o homem percebeu a necessidade de assegurar sua sobrevivência por meio da socialização, cabe considerar que essa realização do ser social exige a condição de escolha, o que não identificamos na sociedade capitalista, na qual o homem precisa vender sua força de trabalho para assegurar sua sobrevivência.

Quando a categoria do Serviço Social fez essa opção, conseqüentemente aceitou uma nova projeção de sociedade que para sua efetivação exige a luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária livre de exploração, opressão e alienação. Finalmente cabe considerarmos que essa opção exige um posicionamento crítico do profissional, o qual desenvolve sua prática na sociedade capitalista, onde se reproduz as contradições apresentadas na operacionalização e administração das políticas públicas, a categoria profissional assume então uma visão crítica da sociedade fundamentada teoricamente levando em conta a necessidade de construção do projeto ético-político no agir profissional.

Contextualização da Política Nacional de Assistência Social-PNAS.

Com os avanços que foram conquistados ao longo dos onze anos pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)¹⁴ fizeram com que a sociedade evoluísse tendo

¹³ Resolução do Conselho Federal de Serviço Social N.º 273/93 aprovada em 15 de maio de 1993.

¹⁴ LOAS. Lei N.º 8.742-DE DEZEMBRO DE 1993-DOU DE 08/12/93-ALTERADA – LEI N.º 9.720 – DE 30 DE NOVEMBRO DE 1998- DOU DE 1/12/98. A partir da mesma após a Constituição, a assistência adquire uma nova visibilidade, ganhando espaço nas esferas federais, estaduais e municipais, bem como, junto aos segmentos da sociedade civil.

o reconhecimento da classe trabalhadora, os direitos da criança e do adolescente, idosos e pessoas com deficiência física.

A LOAS trouxe a categoria da classe trabalhadora para um campo novo que beneficiasse a população: o campo da Seguridade Social¹⁵ e da Proteção Pública que surgiram com objetivo de propiciar um melhor acesso aos direitos dos usuários universalizando e responsabilizando o Estado.

Deste modo, percebemos um grande avanço para a assistência social que teve a oportunidade de sair do assistencialismo clientelista para a Política Social. As políticas sociais concebem a vulnerabilidade como uma situação desfavorável enfrentada pelo indivíduo em um determinado momento, geram fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão da vida econômica, social e cultural. Desta forma a Política Nacional de Assistência Social - PNAS¹⁶ teve como propósito garantir os mínimos sociais para aqueles que dela necessitarem tendo condições de atender a sociedade, universalizando os direitos.

Os usuários que são atendidos por essa política pública são aqueles que se encontra em situação de risco pessoal e social, que garante a igualdade de direitos para todos sem qualquer tipo de contribuição.

Para a PNAS, o foco está voltado na matricialidade familiar, e se identifica na proteção social para aqueles que se encontra em situação de risco, estes princípios foram desenvolvidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹⁷ enfrentando a desigualdade e a pobreza no país. Com o surgimento da PNAS (2004) ficou claro qual é o papel da assistência social, e foi com o surgimento dessa lei que a assistência vem ganhando força para o enfrentamento da desigualdade e a luta pelo direito de cidadania.

Conforme foi citado anteriormente a PNAS surgiu com o objetivo de uma nova construção e normatização nacional do SUAS que foi aprovado em Julho de 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS¹⁸. Contudo o SUAS esta articulado

¹⁵ Em seu artigo 194, a seguridade Social define-se como um “conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

¹⁶ Foi implantada e aprovada pela resolução nº 145, de 15 outubro de 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e publicada em 28/10/2004.

¹⁷ SUAS - Sistema Único de Assistência Social é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços sociais assistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política.

¹⁸ Efetivou-se de uma Norma Operacional - NOB nº130, de 15 de Julho de 2005.

em todo o território brasileiro garantindo o direito do cidadão e promovendo ações que são de responsabilidade do Estado, fazendo com que seja garantidor desses direitos.

Sobre essa questão Vieira (2004) apud SUAS alerta que:

“sem justiça e sem direitos, à política social não passa de ações técnicas, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto”. (p.38)

Validando a citação do autor pode-se afirmar que após a implantação da PNAS e do SUAS no Brasil houve uma grande disputa política em direção da assistência social na perspectiva de uma justiça igualitária para todos, afirmando a importância da articulação com outras políticas, enfrentando assim novos desafios dentro das questões sociais onde a PNAS destaca os principais objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica ou especial para as famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem;
Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócios assistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais;
Assegurar que ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (MDS/PNAS, apud SUAS 2004).

O primeiro objetivo apontado pela PNAS apresenta uma perspectiva de uma mudança para uma sociedade mais justa, tendo o propósito de desenvolver estratégias de articulação intersetoriais, se tornando um caminho necessário para uma situação que é gerada dentro da sociedade superando a desigualdade social.

Entendemos que a intersetorialidade faz a articulação com outras áreas na intenção de criar propostas e estratégias para enfrentar os problemas sociais, que são direcionadas para aqueles que estiverem em situação de risco, proporcionando ao indivíduo melhor qualidade de vida.

A intersetorialidade esta relacionada em situações concretas que estão interligadas na classe trabalhadora, que lutam para não ficar a mercê do mercado, porém dependem de serviços públicos para o enfrentamento de suas necessidades. A intersetorialidade propõe como ponto de partida as decisões políticas dos agentes públicos, respeitando suas diversidades e particularidades de cada setor fazendo com que todos tenham o objetivo de construir uma nova sociedade e lutar contra a desigualdade social.

Outros fatores que cabem destacar dentro da PNAS (2004) que trabalham com a fragmentação de acesso aos usuários são:

...”cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: família e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos

de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos éticos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão da pobreza e/ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupo e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar riscos pessoais e sociais”. (p. 27)

De acordo com essa visão entendemos que as condições de pobreza e vulnerabilidade estão associadas a um quadro de grandes necessidades que se somam em dificuldades materiais, relacionais e culturais, que acabam interferindo na reprodução da classe trabalhadora e de suas famílias.

Compreendemos também que há outros aspectos que poderão ser levantados dentro da PNAS, que são de grande importância para o tratamento que implica no território tendo como base de organização de proteção social básica ou especial onde teremos um melhor entendimento:

Como “espaço usado” (Milton Santos, apud SUAS 2007), fruto de interações entre os homens, síntese de relações sociais;
Como possibilidade de superação da fragmentação das ações e serviços, organizados na lógica da territorialidade;
Como espaço onde se evidenciam as carências e necessidades sociais, mas também onde se forjam dialeticamente as resistências e as lutas coletivas. Couto, Yazbek, Raichelis, in Couto (2010; p.41).

Sendo assim a Proteção Social se divide em dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (de alta e média complexidade) que tem como responsabilidade lutar pela desigualdade social onde exige uma atenção direcionada ao enfrentamento da pobreza.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS¹⁹ caracterizado como uma unidade estatal de vasta abrangência municipal ou regional que tem como primordial papel construir uma referência de acordo com seu território, na oferta de trabalho social especializado no SUAS, a família e ao indivíduo que se encontram em situação de risco pessoal ou social fazendo com que seus direitos não sejam violados.

¹⁹ Oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

O papel do CREAS se define como uma rede de atendimento que pode compreender segundo Cartilha 2011: Caderno de Orientações Técnicas – CREAS (2011; 23)

Ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, conforme dispões a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais²⁰;

A gestão dos processos de trabalho na unidade incluindo a coordenação técnica e administrativa da equipe, o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, a organização e execução direta do trabalho social no âmbito dos serviços ofertados, o relacionamento cotidiano com a rede e o registro de informações, sem prejuízo das competências do órgão gestor de assistência social em relação à unidade (p. 23).

Entendemos que o papel do CREAS e suas competências são atribuídos em um conjunto de leis e normativas que são definidas na Política Nacional de Assistência Social na sua regulamentação o SUAS. Portanto deve deixar claro que as definições destas políticas do SUAS é de principal importância afiançar a segurança sócio assistencial com o objetivo de enfatizar a proteção social.

O CREAS direciona suas ações em busca do resgate e da construção e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais que encontram se fragilizados ou rompidos.

A vulnerabilidade social é compreendida como situações que desencadeiam na exclusão social de famílias e indivíduos que tem uma vida precária que na maioria das vezes a maior causa é a ausência de renda. Também há uma fragilização de vínculos afetivos relacionados na discriminação de gêneros ou com pessoas com deficiência, população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) mulheres e suas famílias.

O conceito de risco social, por sua vez, relaciona-se com a probabilidade de um evento acontecer no percurso de vida de um indivíduo e/ou grupo, podendo, portanto atingir qualquer cidadão (ã). Contudo, as situações de vulnerabilidades sociais podem culminar em riscos pessoais e sociais, devido as dificuldade de unir condições para preveni-los ou enfrentá-los, assim, “as seqüelas podem ser mais ampliadas para uns do que para outros” Sposati (2001).

Conforme a PNAS as situações que se expressam como riscos pessoais ou sociais que se consideram como violação de direito são: violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato

²⁰ RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, idosos em situação de dependências e pessoas com deficiência com agravos decorrente de isolamento social, dentre outros.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS²¹ esta localizado nos municípios e no Distrito Federal onde se encontram em áreas de fácil acesso para os indivíduos que necessitem da assistência. Sendo assim o objetivo do CRAS é desenvolver obrigatoriamente “a gestão da rede socioassistencial de proteção básica do seu território” (MDS, 2009, p.11) desta forma busca oferecer o Serviço de Proteção e Atendimento às Famílias - PAIF²² que estão direcionados conforme é assegurado na Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais, que podemos entender também que além do PAIF outros serviços podem ser oferecidos dentro do CRAS, onde também se pauta o fortalecimento do vínculo comunitário.

Temos então a compreensão que onde vive e convivem indivíduos que se encontram em vulnerabilidade social ou em situação de risco fazendo com que seus direitos sejam violados é de extrema importância construir uma política que garanta os direitos do cidadão.

A Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade se pautam em serviços especializados, programas e projetos que tem como objetivo reconstruir o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários que foram rompidos se pauta na proteção de famílias e indivíduos que estão em situação de risco e violação de seus direitos.

Entendemos que as organizações que são feitas na PSE são embasadas em um contexto socioeconômico, político, histórico e cultural que acabam influenciando nas relações familiares, comunitárias e sociais, gerando o conflito, tensões e ruptura.

A assistência social vem procurando romper com a visão de ajuda, passando a assumir a proteção em conjunto com as famílias que se encontram em situação de pobreza. Desta forma a proteção social muda sua visão conforme indica...

[...] não deve ser de pressionar as pessoas para que assumam responsabilidades além de suas forças e de sua alçada, mas oferecendo-lhe alternativas realistas [...] o Estado tem que se tornar participe notadamente

²¹ É uma unidade pública estatal, descentralizada que tem como responsabilidade oferecer os serviços de proteção básica para a população.

²² É um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

naquilo que só ele tem como prerrogativa, ou monopólio garantia de direitos. Pereira in Pereira (2006; p.40).

Frente a isso é importante destacar que a família apresenta um grau maior de fragilidade por não estarem livres da violência, confinamentos, desencontros e rupturas gerando a insegurança e a violação de direitos entre os membros do grupo familiar.

Compreendemos que a intervenção do Estado junto a essas famílias deveria oferecer acesso às políticas visando a garantia de proteção contra qualquer tipo de risco pessoal ou social, tendo como objetivo fortalecê-las além de suprir suas necessidades imediatas garantindo a esses os direitos constitucionais.

Como consta na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a PSE de média Complexidade inclui os seguintes serviços oferecidos para a população:

- Serviços Proteção, Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviços Especializados em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas e Liberdade Assistida (LA);
- Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

A Proteção Social de Alta Complexidade tem como objetivo oferecer os serviços em várias modalidades e equipamentos especializados afiançando a segurança à acolhida aos indivíduos ou famílias que são afastados por um determinado tempo do núcleo familiar ou comunitário de origem. Caderno de Orientações Técnicas – CREAS (2011; 21)

Deve garantir o direito à proteção integral aos sujeitos atendidos respeitando a diversidade sem qualquer tipo de discriminação (ciclos de vida, arranjos familiares, raça, etnia, religião, gênero e orientação sexual). Portanto, deve preservar o fortalecimento e o resgate da convivência familiar e comunitária, construindo novas referências para uma sociedade mais justa respeitando seus direitos.

Vimos que os profissionais de Serviço Social têm como objetivo dar o melhor atendimento ao cidadão buscando o aprimoramento profissional sobre a questão e em seu cotidiano profissional, viabilizar a informação acerca dos recursos disponíveis, no

território e no município, lutando pelos direitos e pela igualdade social, como consta no Código de Ética de 93.

Considerações Finais

Consideramos que o Serviço Social realizou importantes conquistas ao longo da trajetória da profissão, mostrando o seu real significado de sua prática na sociedade, fazendo com que com o assistente social iniciasse a sua caminhada rumo à diversidade e a igualdade.

Entendemos que o Serviço Social enquanto categoria sócio-histórica superou ao longo dos anos uma perspectiva de uma concepção idealista na qual a igreja católica tinha total domínio sob a sociedade, fazendo com que a sociedade não tivesse conhecimento dos seus direitos como cidadãos.

Com o passar do tempo podemos observar que o Serviço Social deu um grande salto na profissão, que com passar dos anos a profissão deu origem a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS fazendo com que a sociedade evoluísse, reconhecendo e lutando pelos direitos da classe trabalhadora, os direitos da criança e do adolescente, idosos e pessoas com deficiência física.

Com isso compreendemos que através do surgimento da LOAS dentro do Serviço Social houve também a origem do campo Seguridade Social que surgiu com o objetivo proporcionar um melhor acesso aos direitos do usuários universalizando e responsabilizando o Estado.

Através destes avanços conclui-se que o Serviço Social fez grandes conquistas ao longo da sua trajetória, saindo do assistencialismo e clientelismo para a Política Pública, construindo uma nova categoria e dando um novo direcionamento para a profissão, construindo um novo perfil profissional, enfrentando novos desafios relacionados à questão social e lutando pelo direito de cidadania.

Referências

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos** – 8ª ed. – São Paulo, Cortez, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** – Brasília, Novembro de 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. **Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Brasília, 2011.

COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo, Cortez, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação** – 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.